

A CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA DE GOIÂNIA¹

Halina Veloso e Zárate² (halinaveloso.arq@gmail.com)
Sandra Catharinne Pantaleão³ (sandrinhapanta@gmail.com)

Resumo:

Na segunda metade do século XX, houve uma alteração na conformação das cidades associada à crise urbana consolidada no pós guerra, que impulsionou novas definições para o urbanismo, para adequar-se à condição urbana em transformação. Nesse panorama, diferentes estudiosos do urbanismo contemporâneo buscam compreender os fenômenos que incitam as transformações da estrutura morfológica das cidades. Este artigo identifica quais são as características socioespaciais das novas formas urbanas a partir dos pontos de convergência entre as teorias propostas por Soja (2008), por Solá-Morales (1996) e por Rem Koolhaas (2006). Como parâmetro de aproximação destas noções, adota-se a visão culturalista e a visão sociológica, segundo Vazquez (2004), utilizadas para apoiar as análises desejadas. Para a realização das análises, adota-se a cidade de Goiânia como objeto de estudo, com o objetivo de refletir acerca de seu espaço urbano, à luz dos autores estudados. Com o auxílio de peças gráficas, busca-se indicar e espacializar algumas das características de cidade contemporânea aqui reconhecidas. Sob o viés selecionado para esta análise, Goiânia apresenta aspectos recorrentes às teorias estudadas, o que indica que esta metrópole talvez esteja de fato a caminho da condição urbana contemporânea. Porém, diante da pluralidade dos discursos atuais do urbanismo, observam-se alguns distanciamentos entre a cidade de Goiânia e a típica cidade contemporânea. Sendo assim, observa-se a possibilidade de que ela se desenvolva de maneira particular, diferenciando-se da cidade genérica de Koolhaas, da *pós-metrópolis* de Soja, ou da *ciudad hojaldre* de Vázquez. Refletir acerca de Goiânia, reconhecendo nela características de cidade contemporânea, permite assimilar sua dinâmica urbana, e de que maneira esta dinâmica se revela sobre o território. Este estudo fornece reflexões a serem levadas em consideração na realização de propostas para possíveis intervenções, para que estas estejam em consonância com a condição urbana de Goiânia.

Palavras-chave (título em negrito): urbanismo contemporâneo; condição urbana contemporânea; análise morfológica; dinâmica urbana.

¹ O presente artigo constituiu parte das discussões desenvolvidas na disciplina Ensaio Crítico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob orientação da Professora Mestre Sandra Pantaleão, no semestre de 2013.2.

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

³ Arquiteta e Urbanista. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina; Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-GO e da Universidade Estadual de Goiás. Arquiteta e Urbanista. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo FAU/UnB.

1. INTRODUÇÃO

Até a primeira metade do século XX, a urbanização acontecia sob forte influência da Revolução Industrial. Sendo assim, o solo urbano era pensado e planejado para priorizar as fases do processo industrial: produção, circulação e distribuição. Desta maneira, as áreas urbanas eram objeto de zoneamento conforme usos determinados, e a legislação urbanística tratava de controlar a ocupação de novas áreas e administrar as já existentes. Porém, a organização do solo urbano pelos usos monofuncionais e a expansão do tecido associado ao desenvolvimento da cidade e à ação especulativa sobre o solo urbano provocaram a formação de novas áreas distantes do centro consolidado, com uso misto, habitacional e industrial.

O território da cidade tradicional alterou-se, apresentando a fragmentação e a dispersão como características presentes. A ocupação de áreas periféricas, desconexas do tecido urbano, gerou a necessidade de abrir grandes vias que promovessem articulação entre as frações da cidade. Com o deslocamento de parte da população e das atividades econômicas para a periferia, o controle do espaço urbano pelos mecanismos de planejamento então vigentes, pautados na racionalidade e funcionalidade restritivas, se tornou ineficaz, uma vez que já não acompanhava as dinâmicas sociais e espaciais urbanas.

A dinâmica capitalista teve enorme peso para as mudanças na configuração espacial urbana tradicional ao longo do século XX. Inicialmente, a expansão territorial urbana era regimentada e controlada pelo Estado, reflexo das políticas urbanas centralizadoras. Já na segunda metade do século, houve uma alteração na conformação das cidades associada à crise urbana que consolidou-se no pós guerra. Delineavam-se, ao mesmo tempo, novas maneiras de pensar as cidades, mais adequadas à sua condição urbana em transformação e se destacavam as posturas críticas ao modelo preconizado pelo progresso e ideário iluminista, associados ao urbanismo moderno.

Diante das alterações sociais e espaciais das cidades no século passado, as soluções engendradas no urbanismo para a cidade industrial, que predominaram por cem anos (CHOAY, 1965), provaram-se inadequadas para a condição urbana que se instalou nas últimas cinco décadas. Em razão da insuficiência e ineficácia de respostas que o urbanismo moderno fornece para as questões espaciais urbanas contemporâneas, as críticas se fortaleceram a partir da década de 1960. Nesse panorama, os estudos urbanos buscam compreender os fenômenos que incitam as transformações da estrutura morfológica da cidade tradicional e moderna. Autores como Kevin Lynch (1960) e Jane Jacobs (1961) apontam a importância da cultura e da identidade como fatores da caracterização do espaço urbano, revelando uma visão sociológica acerca das cidades. Esta postura introduz e complementa as visões recentes, como a postura filosófica e historiográfica de Solá-Morales (1996), em consonância com o ponto de vista geopolítico de Soja (2008) e, a sua medida, com a caracterização

generalizadora de Koolhaas (2006). Estes últimos estudos e teorias, cada um a seu modo, reconhecem que o espaço urbano contemporâneo manifesta fenômenos culturais, políticos, sociais, econômicos e ambientais e compreendê-los se tornou foco das mais diversas disciplinas.

Com base nessas novas maneiras de pensar a cidade, e considerando os diversos fenômenos que o espaço urbano apresenta, o presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de analisar o discurso de diferentes estudiosos do urbanismo contemporâneo e compreender, a partir dos pontos de convergência entre as noções estudadas, quais são as características socioespaciais das novas formas urbanas. Esta pesquisa também propõe uma reflexão acerca do espaço urbano de Goiânia à luz dos autores estudados, com o auxílio de peças gráficas para indicar e espacializar algumas das características de cidade contemporânea aqui reconhecidas.

2. DISCURSOS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO

As ideias sobre as cidades geradas pelo urbanismo, no século XIX, formaram-se com a pretensão científica de compreender os problemas urbanos resultantes da sociedade industrial e apresentam-se carregadas de um caráter reflexivo e crítico (CHOAY, 1965, p.3). Sistematizar e analisar as realizações do urbanismo, desde então, são práticas recorrentes no estudo das cidades, para assim melhor compreender as teorias e as proposições urbanísticas, seus alcances e controvérsias, bem como interpretar as repercussões que os pensamentos já implementados tiveram. Neste sentido, a sistematização realizada por Choay (1965) pode ser precursora dos estudos que se aplicam às cidades porque não somente os classifica e os situa no tempo, como apresenta críticas aos diversos discursos do urbanismo. Choay observa e discute as proposições urbanísticas entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX com a história da cidade industrial, e demarca dois períodos: o pré-urbanismo (século XIX) e o urbanismo que se consolida como disciplina (fim do século XIX e primeira metade do século XX).

Sob influência de Choay, Vázquez (2004) realiza uma análise do urbanismo indicando a continuidade histórica de sua análise, que se aplica ao período do pós-guerra, marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas e remodelações espaciais que resultaram na conformação de novas formas urbanas. Por se enquadrar num período mais recente, Vázquez enfatiza fenômenos não apresentados nas discussões de Choay. Os estudos do autor consideram o alto nível de complexidade da vida urbana atual, por isso busca reconhecer e apresentar diferentes e complementares pensamentos a respeito do espaço urbano. Sendo assim, a organização dos discursos do urbanismo proposta por

Vázquez não busca caracterizar modelos urbanos, mas sim apontar visões interpretativas da cidade, postuladas como teorias e modos de análise segundo campos disciplinares diversos.

Vázquez identifica e discute quatro maneiras de ler o espaço urbano (visão culturalista, visão sociológica, visão organicista e visão tecnológica) e aplica estas visões a casos concretos, utilizando-as como instrumento de análise das cidades de Berlim, Los Angeles, Tóquio e Houston. Em cada uma destas visões a respeito da cidade, este autor reconhece também enfoques mais particulares a respeito da cidade contemporânea. Estes modos de análise, não excludentes, são organizados por Vázquez em cada uma das quatro visões e classificadas como “camadas” (12 ao todo). As camadas correspondem à discussão sobre a cidade do século XXI e ao estudo de diferentes questões que revelam a atual complexidade do fato urbano.

Esta sistematização se faz especialmente interessante principalmente porque oferece a base para a aproximação dos mais plurais discursos do urbanismo contemporâneo, tornando possível agrupá-los de acordo com as visões propostas em *Ciudad Hojaldre*. Neste trabalho, mais objetivamente, adota-se a visão culturalista e a visão sociológica como apoio para as análises desejadas a respeito da cidade de Goiânia.

A visão culturalista, segundo Vázquez, considera a cidade como um artefato cultural, de maneira que as necessidades imateriais predominam sobre as de consumo, o que a contrapõe em relação ao fenômeno da globalização e valoriza a coletividade acima do indivíduo. A postura culturalista foi discutida anteriormente por Choay, que apontava Raymond Unwin, autor da cidade jardim de *Letchworth*, como seu grande representante e caracterizava este modelo de urbanismo, que tomou forma antes mesmo do modelo progressista, como despolitizado e com ênfase estética mais marcante que a funcional. Vázquez, por sua vez, reavalia esta abordagem, ressaltando suas oposições ao urbanismo progressista e a importância do resgate histórico-cultural, prezando a tradição e identidade local. O autor associa as manifestações desta proposição em três “camadas”, que também refletem a reestruturação urbana resultante da crise internacional de 1970, as quais o autor denomina de cidade da disciplina, cidade planejada e cidade pós-histórica. À esta conjectura é possível vincular os discursos de Aldo Rossi (1960), Solá-Morales (1996), Bernardo Secchi (1984) e Rem Koolhaas (2006).

A cidade da disciplina evoca a postura do Grupo *Tendenza*, liderado por Aldo Rossi, que aspirava criar uma “ciência urbana”, unificando arquitetura e urbanismo como uma só disciplina. Para Rossi, a cientificidade da disciplina poderia ser reforçada pela aplicação de uma determinada metodologia de estudo, tendo como principal instrumento a análise morfológica e como objetivo a identificação de um *tipo* de estrutura formal. Dessa maneira, o Grupo *Tendenza* apontava a arquitetura como parte indissociável da cidade, a ser levada em consideração nas análises morfológicas, uma vez que nas construções residiam os *elementos*

urbanos que perduram ao longo da história de um lugar. Compreender as regularidades da estrutura urbana ao longo do tempo e a interpretação do *tipo* permitiria identificar cada período histórico e sistematizar, à luz das posturas estruturalistas dos anos 1960, a gramática urbana característica de cada época.

A proposição da cidade da disciplina em defesa da indissociabilidade entre arquitetura e urbanismo não deixa de ser pertinente, mesmo nas novas cidades. Entretanto, o nível de complexidade da cidade contemporânea aumentou significativamente nos anos 1970, o que fez com que esta camada da visão culturalista fosse posta em xeque, já que o espaço urbano exige mais observações do que a de seus edifícios e arquiteturas. Os novos sistemas urbanos e a vida metropolitana deste período exigiram que os conceitos e métodos que vinham sendo praticados até então fossem revistos, suscitando a complementariedade do plano urbanístico pelo projeto urbano. O foco do urbanismo deixou de ser a regulamentação da expansão territorial e passou a obedecer à lógica de mercado, tornando obsoleta a ênfase na história defendida pelo Grupo *Tendenza*. Outro ponto de distanciamento das premissas teóricas de Rossi diante das transformações da cidade foi a constatação da fragmentação urbana e, assim, a leitura estruturalista não mais abarcava as nuances das mudanças em curso, acentuadas pelas tecnologias de informação.

Neste contexto, se insere a segunda camada da visão culturalista: a cidade planejada. Com a crise do planejamento urbano, frente às frustrações com seus resultados, novas perspectivas se delinearam, dentre elas a ascensão das intervenções pontuais que surgiram como estratégias associando plano e projeto urbano. Para combater a crise econômica, propôs-se a requalificação de áreas abandonadas e degradadas, reinserindo-as na cidade com novos usos e atividades, de maneira a criar postos de trabalho e dinamizar a economia. Solá-Morales aponta a aproximação da arquitetura com o desenho urbano na tentativa de reintegrar edifícios ou espaços subutilizados na trama produtiva da cidade, tornando-os espaços públicos, propícios ao encontro das pessoas e ao cultivo da identidade. Para o autor, estes espaços são passíveis de intervenção, ou *terrain vague*, representados por áreas industriais abandonadas, as edificações deterioradas, antigas ferrovias, os espaços residuais nas margens dos rios, dentre outros.

Nesta modificação do olhar sobre a cidade, as áreas vazias, os interstícios e as áreas degradadas se tornam objeto de atenção de Bernardo Secchi (1984 *apud* VALVA, 2011). Secchi conceitua como *renovatio urbis* a estratégia de reconfiguração da cidade como parte do plano urbanístico, relacionando a forma da cidade com suas partes, conferindo eficiência e coerência para as respostas concretas às demandas e desejos da população. Este urbanismo, por muitos associado à gestão e política neoliberal, tem sido questionado por favorecer a valorização imobiliária das áreas resultantes de intervenção e levar a um processo de gentrificação dos novos espaços. Ainda assim, o autor defende estas práticas, reconhecendo-

as como verdadeiros impulsos para a renovação da cidade. Paralelamente, Secchi aponta a história como instrumento de resgate e reestabelecimento das conexões entre diferentes épocas e, portanto, reconhece a constituição da cidade contemporânea pelos seus fragmentos. Portanto, os planos e projetos deveriam atender não somente ao centro tradicional da cidade, mas também às periferias e às áreas desconexas do tecido, respeitando suas particularidades socioespaciais.

O foco nos fragmentos da cidade antagônicos ao centro histórico é a principal característica da terceira camada da visão culturalista, denominada por Vázquez de cidade pós-histórica. A reabilitação dos subúrbios atraiu, para estas novas áreas, usos e atividades antes exclusivas ao centro tradicional, promovendo também a desconcentração demográfica. Vázquez revela contradições existentes nas intervenções de caráter histórico cultural nas periferias, uma vez que a sociedade pós-moderna, imbricada pelo consumo e capitalismo, enviou os princípios de resgate da cultura e da identidade com o objetivo de atrair o turismo internacional. Os novos bairros periféricos foram produzidos mimetizando patrimônios do passado, conformando verdadeiros pastiches da memória coletiva. A reabilitação das periferias foi bastante expressiva nos Estados Unidos, fazendo com que o desenho dos subúrbios e o modo de vida ali estabelecido se confundissem com outros tempos históricos, conformando verdadeiros parques temáticos residenciais, posteriormente denominados de *New Urbanism*.

Este tipo de estetização do estilo de vida é tema de discussões recentes de Rem Koolhaas (2006), quem considera que cada vez menos se “produz” história. A reprodução repetitiva da história e da identidade do passado e mesmo de outras culturas, leva a uma banalização da sua importância, tornando-a menos significativa. Além disso, Koolhaas aponta o grande intercâmbio cultural veiculado pelos turistas e pela mídia como principal responsável pela massificação da identidade. Este fenômeno tem como reflexo uma crise de identidade, que seria uma das principais características das cidades contemporâneas, o que as torna “genéricas”. A discussão da questão da identidade é importante porque ela gera símbolos na cidade, e atribui significação à organização dos elementos urbanos. Sendo assim, quanto mais poderosa e centralizadora for a identidade em um lugar, mais resistências existirão à mudança, expansão e renovação da configuração do tecido urbano. Se a cidade genérica é destituída de identidade, isso quer dizer que ela muda, se expande, se renova desenfreadamente, sem limites, sendo incapaz de gerar especificidades que a distingam de tantas outras.

Considerar a dimensão social como impulsionadora de mudanças na configuração da cidade não é uma atribuição exclusiva do discurso de Koolhaas. A segunda visão a que se reporta Vázquez, a visão sociológica da cidade, identifica a urbes pela relação desta com a sociedade que a habita. Este autor aborda os discursos sobre os aspectos sociais que condicionaram os discursos sobre as relações entre local e global e a repercussão das

dinâmicas tardocapitalistas no espaço urbano, objeto de estudo de David Harvey (1992), Solá-Morales (1996) e Edward Soja (2008), entre outros.

A condição urbana que reflete a mudança no modo de produção capitalista traduz a cidade global, como é chamada a quarta camada proposta por Vázquez, integrante da visão sociológica. A nova ordem de estruturação econômica e de desenvolvimento da globalização repercute na cultura e na produção da cidade, que é intitulada por Soja (2008) de Cosmópolis. Esta teoria complementa-se pela visão de Harvey, de acordo com a qual a flexibilização na produção industrial, decorrente da substituição da indústria pelos serviços e da globalização do setor financeiro, suscitaram a reestruturação espacial urbana. Para os autores, a unificação da produção e consumo em áreas metropolitanas fez com que as cidades se tornassem mais densas e urbanizadas e menos industrializadas. Além disso, as áreas metropolitanas passaram a se articular por meio de grandes eixos de desenvolvimento, caracterizados pela presença de parques tecnológicos com indústrias de alta tecnologia e centros de pesquisa e desenvolvimento.

Com os avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação e informação, a articulação de fragmentos urbanos foi promovida à escala planetária, e a organização espacial se transforma mais intensamente. Harvey (1992) demonstra que o modelo flexível de desenvolvimento envolveu não somente a reorganização da política mundial, no sentido do “capital sem fronteira”, mas também a compressão do espaço-tempo por meio das tecnologias. O autor explora o sentido de tempo e de espaço, demonstrando a alteração da ideia de tempo progressivo e retilíneo para dar lugar à noção de tempo cíclico. O sentido de espaço muda em função da integração econômica, uma vez que uma crise, por exemplo, pode atingir todo um continente a um só tempo, o que demonstra a “compressão do tempo-espaço”. Este fenômeno pode ser denominado de *continnum espacial*, e é trabalhado por Vázquez como um sistema integrado de produção e consumo, força de trabalho e capital, embasado pelas redes de informação.

Solá-Morales (1996) também analisa e explica a noção de que a informação e a comunicação compõe a rede de interconexões da cidade contemporânea, configurando uma malha que justapõe fluxos materiais e imateriais. Estes fluxos não podem ser tratados de maneira separada, e a rede que os distribui condiciona o projeto urbano e o projeto de arquitetura. Sendo assim, Solá-Morales aponta que os meios econômicos e técnicos-informacionais corroboraram para a alteração da escala e das relações perceptivas, o que tornou o território das novas cidades diferente em relação às cidades tradicionais.

As mudanças estimuladas pelas inovações tecnológicas e pelas dinâmicas neoliberais fizeram com que a sociedade se estratificasse, já que o declínio das classes dos profissionais não qualificados foi um efeito do desenvolvimento econômico. A quinta camada proposta por Vázquez, a cidade dual, caracteriza-se pela formação de áreas contíguas

desiguais, situação reforçada com o avanço da globalização que provoca, na escala local, situações sociais discrepantes e injustas. Formam-se áreas residenciais de alto padrão cercadas por muros ao lado dos quais estão loteamentos e conjuntos habitacionais para as classes trabalhadoras e de menor poder aquisitivo, que, somadas às áreas reabilitadas conformam padrões de uso privilegiado do território pelas camadas mais abastadas.

O processo de gentrificação é, por sua vez, estimulado pelas intervenções urbanas que têm como objetivo transformar a cidade em mercadoria, por vezes com foco no turismo, e divulgada através da mídia global. Sendo assim, novos arranjos espaciais em áreas periféricas e as intervenções requalificadoras ou revitalizadoras do patrimônio histórico não visam a inclusão social ou a devolução de um espaço subutilizado ao público, e sim ao consumo. Essas ações que revelam os planos estratégicos e seu principal objetivo de mascarar a cidade, escondendo suas mazelas e injustiças sociais, para colocar em evidência sua prosperidade, ilustrada por parques temáticos, museus e centros comerciais. Estes aspectos caracterizam a sexta camada da visão sociológica de Vázquez: a cidade do espetáculo, marcada pelo apelo mercadológico dado às áreas reabilitadas e de valor patrimonial. Soja percebe que estas cidades têm se assemelhado muito umas às outras e afirma que são cada vez menos representativas de suas culturas locais e territoriais, aproximando-se do discurso de Koolhaas, que defende a existência de cidades genéricas, destituídas de identidade.

Os novos modos de vida inferem na configuração urbana, não somente porque criam novos símbolos, mas também porque o atual modelo econômico conduz ao esgotamento dos recursos naturais do lugar e à desvalorização de seus espaços públicos. Estas atribuições são referentes à sétima e última camada da visão sociológica, a cidade sustentável, e aponta que a sustentabilidade deve ser também uma preocupação do urbanismo, a ser utilizada como instrumento para a integração da sociedade, economia e meio ambiente, conciliados com o processo de globalização. Jordi Borja e Zaida Muxi (2000) consideram que o espaço público é um indicador de qualidade urbana e também atua como um instrumento privilegiado da política urbanística. Para os autores, o foco do urbanismo é recuperar a dimensão simbólica dos espaços urbanos e suas áreas verdes para que estes se estabeleçam como referenciais na cidade, reconhecer as novas áreas centrais e atribuir a elas monumentalidade, funções múltiplas, intercâmbio e conexão com as demais partes da cidade, e garantir que se consolidem como lugares de encontro e de expressão. Desta forma, espera-se que o espaço público revele-se capaz de “construir a cidade na cidade”, qualificar periferias, manter e renovar os centros antigos, produzir novas centralidades e suturar os tecidos urbanos, bem como para permitir que as estruturas construídas (vias e edifícios) possuam também um valor social.

O discurso da cidade sustentável enfatiza a necessidade de ser estabelecido um olhar mais abrangente sobre as novas formas urbanas, uma vez que se apresenta como um fator que contribui para a sua complexidade. A condição urbana contemporânea alude a uma

série de transformações socioeconômicas, políticas e morfológicas, e vários debates somam-se para compreender a reestruturação urbana de maneira interdisciplinar. Agrupando diferentes pensadores de acordo com a visão culturalista, bem como com a visão sociológica de Vázquez, é possível identificar autores cujos discursos não se restringem apenas a um ou outro aspecto da cidade contemporânea, mas se estendem para refletir e criticar não somente sobre os novos arranjos espaciais, mas também acerca dos fenômenos aos quais eles se atrelam. Estudar mais especificamente o discurso de Koolhaas (1995, 2006); Solá-Morales (1996) e Soja (2008) possibilita definir novos critérios para a leitura e interpretação a respeito das formas urbanas.

3. AS NOVAS FORMAS URBANAS

Buscou-se definir com clareza as características das cidades contemporâneas, foram observados os pontos de convergência entre as noções teóricas apresentadas por Soja (2008), por Solá-Morales (1996) e por Rem Koolhaas (1995). Pretendeu-se identificar as características urbanas contemporâneas evidenciadas nas visões destes autores para, em seguida, rebatê-las na leitura e análise dos aspectos socioespaciais e morfológicos de Goiânia.

Para Soja (2008), a cidade traduz continuamente sua produção da história, noção que insere a dimensão temporal na percepção das relações entre ambiente e sociedade. Soja estuda o que ele chama de *Post-metrópolis* evidenciando como as transformações socioeconômicas do final do século XX refletiram em mudanças na configuração espacial das cidades. O autor aponta que o capitalismo industrial impulsionou as contínuas remodelações dos espaços urbanos, também influenciadas pelas crises econômicas, políticas e pela situação histórica e geográfica. Apesar de que estes fenômenos tenham dado origem às novas formas urbanas, Soja aponta que não houve uma ruptura com os modelos corbusianos de urbanismo, e sim uma continuidade, adaptando-os aos moldes capitalistas (SOJA, 2008, p.218).

De acordo com Soja, a partir da década de 1960, pode ser descrita e interpretada a reconstrução seletiva e a progressiva reconstrução da metrópole moderna. Grandes áreas na cidade, até mesmo em regiões centrais consolidadas foram abandonadas à medida que consideradas obsoletas em comparação às novas ocupações, podendo ser destruídas e reconstruídas a fim de responder à demanda da nova sociedade urbana.

O espaço da cidade é descentralizado e, ao mesmo tempo, recentralizado uma vez que os subúrbios proliferam e a cidade se dispersa com a ocupação das periferias, que atraem atividades e serviços. Com base nos estudos de Iain Chambers (1990), Soja aponta uma profunda mudança naquilo que a cidade representa, seu sentido para as pessoas e o simbolismo cultural que ela carrega. Ele denomina “desterritorialização” a fragilidade da relação

de pertinência e identidade entre as pessoas e o lugar, e “reterritorialização” as novas formas e combinações de identidade territorial e espacialidade social que geram geografias humanas tão diferentes das anteriores.

Rem Koolhaas (1995) também indica o comportamento social como grande condicionante da mudança na configuração das cidades. Koolhaas propõe, em seu livro, que as cidades contemporâneas apresentam uma série de características convergentes, que possibilitam a sua teorização, classificando-as como “Cidades Genéricas”. Ele introduz o tema cujo foco central não está na cidade em si, mas a questão social da identidade. Para Koolhaas, o comportamento social é um grande impulsionador da mudança na configuração das cidades, responsável pela generalização dos símbolos e da significação dada à organização dos elementos urbanos contemporâneos. A cidade, para ele, se apresenta destituída de identidade, uma vez que os elementos que a representam sofreram mudanças de escala e da relação entre arquitetura e cidade, bem como se repetem em escala planetária.

O autor defende que a condição urbana contemporânea liberta-se do passado histórico registrado no casco urbano e sofre uma homogeneização resultante do grande intercâmbio cultural veiculado pela mídia e pelos turistas. Reforça esta característica o fato de que as atividades voltam-se, em grande parte, para o consumo, o que faz com que os espaços públicos sejam todos, em essência, comerciais, e ofereçam sempre a mesma gama de serviços e programas. Estes aspectos se assemelham muito às noções que Soja identifica como desterritorialização e reterritorialização.

Além de considerar que a identidade fragiliza-se mediante a globalização, Koolhaas trabalha a ideia de que a nova forma urbana, característica de países tropicais de “terceiro mundo”, surge da tábula rasa, onde antes não havia nada e, portanto, não possui passado histórico ou cultura local. A criação da nova ocupação tem relação com um regime político um tanto quanto autoritário, no qual os dirigentes se propõem a começar uma nova cidade para desencadear a prosperidade. O plano urbano concebido é ditado pelos fluxos e circulações, buscando a eficácia do trânsito de veículos automotores, e relegando o pedestre a um segundo plano. Os setores originários do início de seu desenvolvimento possuem uma morfologia ordenada, que revela a ideologia da concepção. O tecido se mescla subitamente com os bairros que surgiam fora do domínio do planejamento territorial e se expande de maneira dispersa e fragmentada, e apresenta pontos de verticalidade. Pode-se dizer que há aproximações com a visão tecnológica (VÁZQUEZ, 2004), a partir da qual mutações sociais, econômicas e culturais se inter-relacionam.

Solá Morales (1996), por sua vez, aponta essas mudanças como consequência do crescimento urbano vertiginoso nos países em desenvolvimento. Para ele, essa nova configuração urbana resulta em uma grande aglomeração, de estrutura física fragmentada e ilegível, carente de espaços livres públicos, inóspita e agressiva ao cidadão. Ele propõe

conceitos ligados à estrutura física da cidade, que são denominados “A forma da mudança - mutações”, “A forma das moções - fluxos” e “A forma da ausência - *terrain vague*” (SOLÁ-MORALES, 1996).

O conceito “mutações” diz respeito à rapidez com que a estrutura formal da cidade se transforma e é uma noção convergente com os discursos de Soja (2008) e Koolhaas (1995). Por um lado, o crescimento físico e populacional é um processo tão rápido que foge ao controle do poder legislativo ou do planejamento territorial. Por outro lado, os terrenos urbanos sofrem verdadeiras mutações, porque as tecnologias permitem a rápida destruição e ainda mais rápida construção de novas edificações, num ritmo frenético de renovação.

Solá-Morales (1996) também aponta a importância dos “fluxos” como elementos condicionantes da estruturação urbana. Os fluxos materiais e imateriais, físicos e reais, informacionais ou simplesmente simbólicos se justapõem criando redes de distribuição que recortam formas nas estruturas urbanas e arquitetônicas. Ao contrário de Soja, Solá-Morales critica o pensamento racionalista e a cidade moderna, apontando como uma falha a característica cartesiana de trabalhar o elemento da circulação em separado das outras funções urbanas modernistas.

O autor propõe, ainda, que a cidade corbusiana, ao voltar-se para a produtividade e à eficácia em cumprir suas funções sociais, provoca um desencantamento nos cidadãos. Essa insatisfação se manifesta na tendência por buscar lugares alternativos, avessos à realidade cotidiana das metrópoles. Este é o conceito de “*terrain vague*”, ou terrenos vagos, assim chamados pela dificuldade que há em defini-los. São áreas livres e subutilizadas, mas que apresentam grande potencial de uso público, caso sejam reintegradas à cidade, tornando-as propícias ao encontro e ao exercício da identidade. Pode-se dizer que a visão deste autor se aproxima da visão culturalista apontada por Vázquez (2004).

Mais uma vez o tema da identidade aparece na discussão da cidade contemporânea, mostrando-se recorrente nos três autores. A ideia de perda dos referenciais do passado, discurso frequente na crítica ao urbanismo racionalista é perceptível nestes autores. No entanto, alertam para as mudanças de escala e tamanho das cidades, mediante rupturas e fragmentos, que em certa medida, colocam em xeque a força simbólica da cidade enquanto lócus de expressão cultural particular e ascensão de postura cultural midiaticizada e de alcance global, tornando, ao mesmo tempo, banais as tradições e elementos de diferenciação de cada sociedade. O Quadro 1 apresenta uma sistematização das ideias de cada autor, diferenciando os aspectos socioespaciais e morfológicos que se identificam nas novas formas urbanas.

Quadro 1: Discursos sobre a Cidade Contemporânea

Autores	Aspectos Morfológicos	Aspectos Socioespaciais
SOJA Pós-metrópole	<ul style="list-style-type: none"> • Tecido Urbano disperso; • Descentralização e Recentralização; • Destruição e Reconstrução. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexo do Capitalismo e da Globalização; • Continuidade ao modelo corbusiano de urbanismo, adaptado aos moldes capitalistas; • Desterritorialização e Reterritorialização.
KOOLHAAS Cidade Genérica	<ul style="list-style-type: none"> • Cidade Dispersa e Fragmentada; • A morfologia reflete a ideologia; • Tecido ordenado X Ocupações desordenadas; • Plano urbano ditado pelos Fluxos; • Centro: Manutenção X Modernização; • Renovação Desenfreada; • Rápido crescimento; • Pontos de Verticalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Países de terceiro mundo; • Capitalismo+Consumo; • Ausência de identidade; • Concepção de ideal Progressista; • Privilégio ao tráfego de veículos automotores; • Detrimento do pedestre; • Carência de espaços públicos; • Ineficácia do planejamento no controle territorial.
SOLÁ-MORALES Novas Cidades	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física fragmentada; • Carência de espaços públicos; • Fluxos estruturam a malha urbana; • Mutações; • Terrain Vague. 	<ul style="list-style-type: none"> • Países em desenvolvimento; • Desencanto com a Cidade Moderna; • Busca pela identidade; • Ineficácia do planejamento no controle territorial.

Fonte: Halina Veloso e Zárate, 2013.

Também, pode-se averiguar os aspectos morfológicos e socioespaciais que são comuns aos três autores (Quadro 1), evidenciando-se regularidades em seus discursos, podendo assim definir as características da condição urbana contemporânea. Além destes aspectos, puderam ser identificados atributos presentes nas diferentes discussões, que ora se repetem, ora se complementam. Estes atributos foram relacionados a aspectos sociais e morfológicos que, neste estudo, puderam ser identificados como caracterizadores de uma condição urbana contemporânea. O Quadro 2 apresenta uma sistematização das características da cidade contemporânea, diferenciando os aspectos socioespaciais e morfológicos que puderam ser discernidos.

Quadro 2: Características da Cidade Contemporânea

Características da Cidade Contemporânea	
Aspectos Morfológicos	Aspectos Socioespaciais
<ul style="list-style-type: none"> • Plano urbano ditado pelos fluxos; • A morfologia reflete os fenômenos da dinâmica urbana; • Mutações do tecido; • Tecido urbano disperso e fragmentado; • Pontos de Verticalidade; • Carência de espaços públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Países em desenvolvimento; • Capitalismo+Globalização • Novo modo de vida = nova identidade = nova cidade; • Criada da tábula rasa sob ideal progressista; • Privilegia os carros em detrimento dos pedestres; • Crescimento vertiginoso; • Pouca expressão da identidade.

Fonte: Halina Veloso e Zárate, 2013.

Sendo assim, podem-se elencar aspectos da condição urbana contemporânea por ela: (1) estar presente em países em desenvolvimento; (2) ser resultante das reestruturações capitalistas; (3) ter sido criada da tábula rasa sob ideal progressista; (4) ter plano urbano ditado pelos fluxos; (5) ter dado privilégio à circulação de veículos em detrimento à circulação de pedestres; (6) apresentar, evidenciados em seu tecido urbano, fenômenos que influenciam a

dinâmica urbana; (7) mutar, expandir-se e renovar-se num ritmo rápido, contínuo e acelerado; (8) possuir tecido disperso e fragmentado; (9) apresentar pontos de verticalização; (10) ser carente de espaços públicos; (11) ser carente de expressão cultural e identidade; e, também, (12) pelas pessoas assumirem um modo de vida voltado para o consumo.

A partir da identificação de doze características da cidade contemporânea, determinadas com base nos pontos complementares dos discursos de Koolhaas (1995, 2006); Solá-Morales (1996) e Soja (2008), é possível utilizá-los como critério para a leitura e interpretação da forma urbana de Goiânia. O estudo desta metrópole, sob o ponto de vista da condição urbana contemporânea, permite uma avaliação abrangente da cidade, considerando, a partir da análise morfológica, questões sociais, econômicas e políticas que tiveram influência em sua (re)estruturação.

4. LEITURA E ANÁLISE DA CONDIÇÃO URBANA DE GOIÂNIA

A partir do quadro comparativo apresentado, avalia-se quais das características elencadas a cidade de Goiânia possui, colocando em evidência sua dinâmica de transformação e inserção no conceito de cidade contemporânea. Metrópole em um país economicamente emergente, Goiânia foi planejada e criada na década de 1930, para ser a nova capital do estado de Goiás. A iniciativa de escolher um sítio livre e começar uma nova cidade, para a transferência da antiga capital, é reflexo da política de interiorização da ocupação nacional de Getúlio Vargas e do ideal progressista e de modernização próprio de seu governo, bem como do modo de produção econômico vigente. A área escolhida para implantação da nova cidade foi uma porção de terreno de topografia mais plana entre os Córregos Capim Puba e Botafogo, que demarcavam os limites do tecido urbano (figura 1).

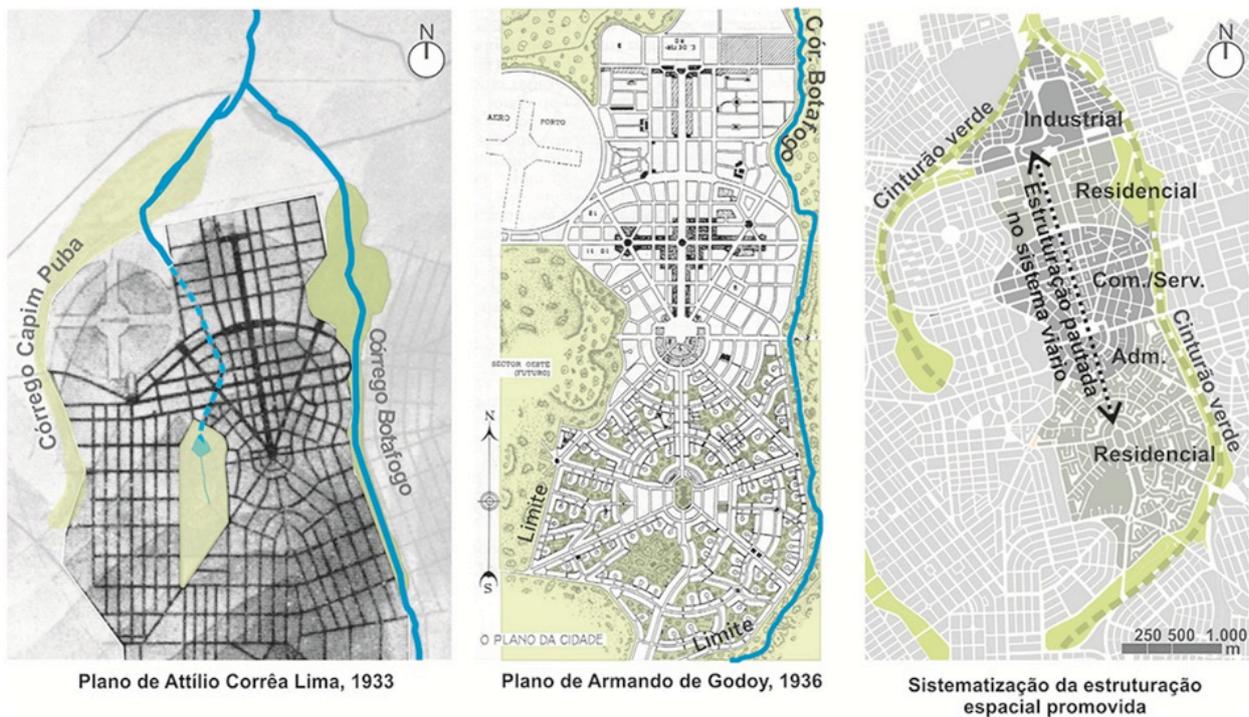
Figura 1: Núcleo original de Goiânia, criado da tábula rasa sob ideal progressista.



Fonte: Halina Veloso e Zárate, 2014.

O projeto urbanístico da cidade foi desenvolvido por Attilio Corrêa Lima, que estruturou o espaço urbano nos eixos viários de conexão das principais áreas da cidade, enfatizando a circulação. O arquiteto urbanista inspirou-se nos princípios barrocos para definir o traçado do Centro, o qual se dividia em administrativo, mais ao Sul, e comercial, mais ao Norte. Foram definidas três grandes avenidas que convergiam para a Praça Cívica, enfatizando a sede do poder, função para a qual Goiânia foi criada (PANTALEÃO; TREVISAN, 2010). O traçado rígido de vias regulares, delimitado por um cinturão verde, articula os setores de acordo com as funções de trabalhar, habitar e de lazer, o que revela princípios modernistas também adotados, por Correa Lima (1933), bem como por seu sucessor, Armando de Godoy (figura 2).

Figura 2: Planos urbanos ditados pelos fluxos, garantindo privilégio à circulação de veículos em detrimento à circulação de pedestres. O tecido urbano evidencia os fenômenos que influenciam a dinâmica urbana.



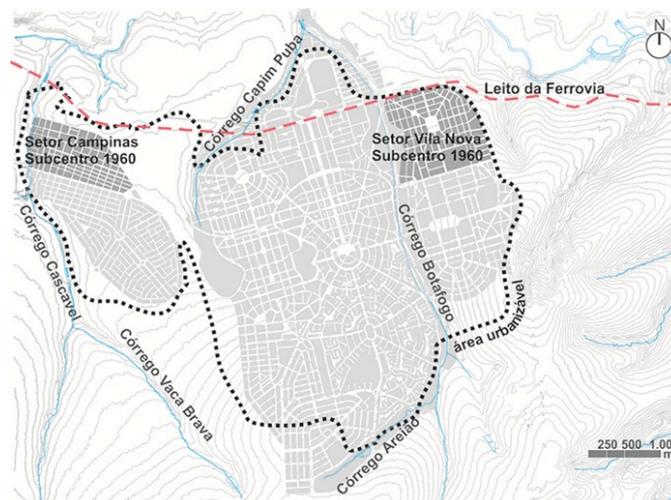
Fonte: Halina Veloso e Zárate, 2014.

Mesmo no período de implantação de Goiânia, enquanto o poder público detinha o direito exclusivo do parcelamento do solo, algumas áreas suburbanas já haviam sido ocupadas de maneira irregular. Era o primeiro indício de que a cidade ultrapassaria o crescimento planejado e extrapolaria os 50.000 habitantes inicialmente estimados. A Planta Geral de Urbanização de Goiânia (1947) indicou o acréscimo de novos bairros e o início da expansão da cidade (BRANDÃO, 2013). A partir dos anos 1950, o poder público liberou a aprovação de novos parcelamentos, o que fomentou o rápido crescimento e fez com que o tecido se espalhasse no território (Figura 1). Como elemento intensificador desse fator, a implantação

efetiva da ferrovia (1952) promoveu a conexão de Goiânia ao litoral, e mais tarde à Brasília, o que impulsionou ainda mais o crescimento urbano.

Já em 1960, Campinas e Vila Nova haviam se consolidado como subcentros da cidade, concentrando grande parte das atividades de comércio e serviços. Este fenômeno remete às considerações de Soja, uma vez que esse espaço da cidade sofreu, à sua medida, um processo de descentralização e, ao mesmo tempo, de recentralização devido à dispersão do tecido, ocupação de novas áreas, e formação de subcentros (figura 3).

Figura 3: Evidência da expansão e renovação do tecido, tornando-se disperso e fragmentado.



Fonte: Halina Veloso e Zárate, 2014.

No período de 1950 a 1964 o poder público aprovou 183 novos parcelamentos na cidade, o que permitiu um enorme aumento populacional e favoreceu a dispersão urbana, uma vez que nem todos foram implantados de imediato e saltaram áreas, gerando vazios urbanos (VAZ, 2002. p.79). O crescimento físico e populacional foi um processo tão rápido que fugiu ao controle do poder legislativo e do planejamento territorial, demonstrando que os esforços subsequentes para conter a expansão extensiva da cidade tiveram resultados limitados e pouco duradouros. Este aspecto se aproxima do conceito de “mutações” proposto por Solá-Morales, e sua cartografia revela a fragmentação do tecido e expansão do território ocupado (figura 4).

Figura 4: Evidência da dispersão e fragmentação por períodos.



Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2005 apud VAZ, 2002, p. 35. Org. Halina Veloso e Zárate, 2014.

A intensa transformação urbana até os anos 1960 tornou necessária a elaboração de um novo Plano Diretor, que teve como objetivo conter a expansão e a especulação. Além do impedimento de que outros loteamentos fossem aprovados, uma outra medida para frear o crescimento horizontal foi tomada, na década seguinte: a liberação do gabarito no centro da cidade e, posteriormente, ao longo das vias arteriais. A expansão intensiva na década de 1970 provocou a formação de pontos de verticalização, nos quais a densidade populacional aumentou consideravelmente. Este fenômeno fez com que a densidade nas áreas mais centrais aumentasse e a cidade assumisse a verticalização além da expansão extensiva, tendo no sistema viário o elemento estruturante da malha urbana. Ao longo dos anos, novos pontos de verticalização formaram-se atraídos por polos de concentração de atividades na cidade, distribuídos de maneira dispersa (figura 5).

Figura 5: Pontos de verticalização em Goiânia.



Fonte: Google Earth 3D. Org. Halina Veloso e Zárte, 2014.

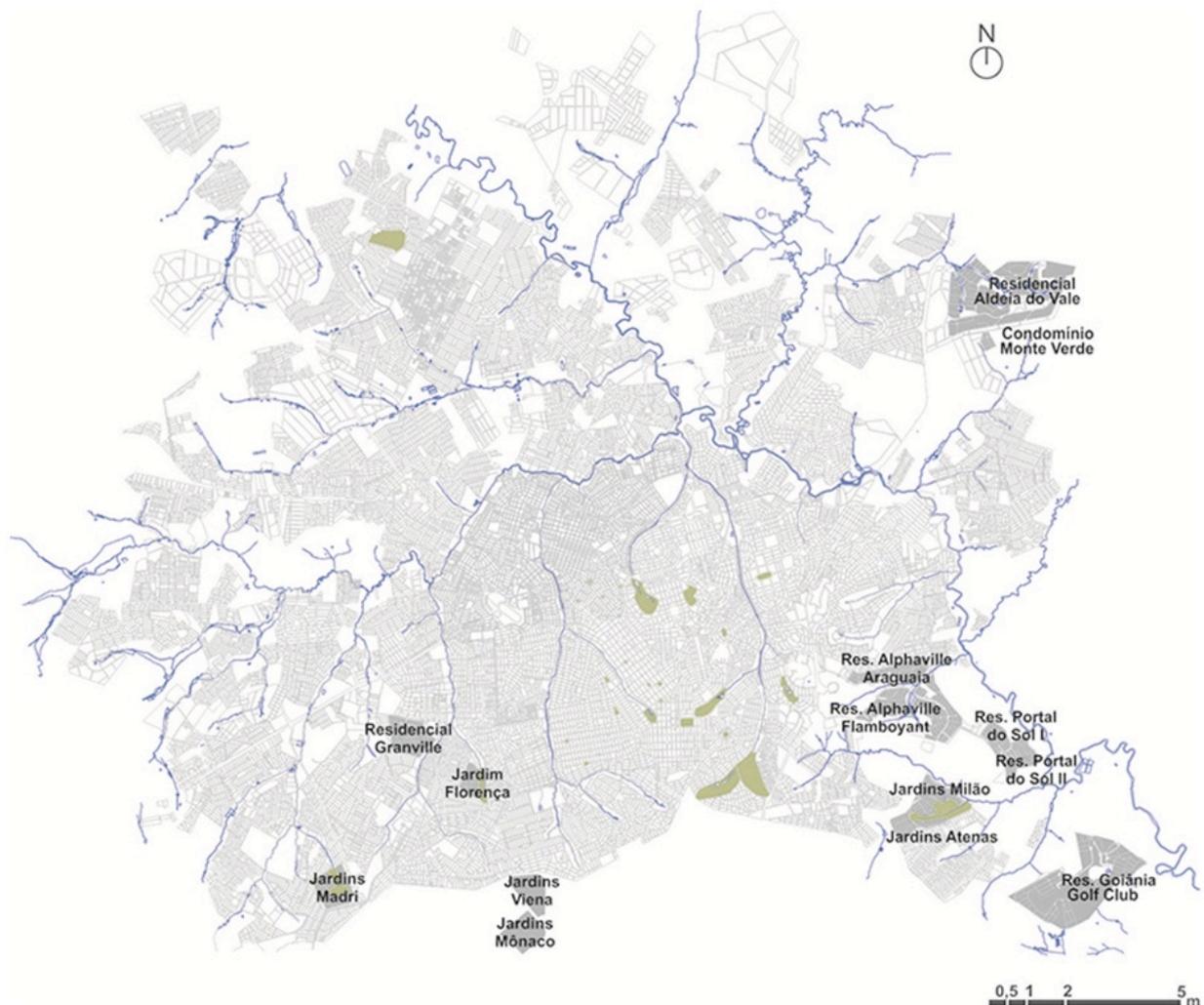
Sob tamanha pressão progressista, a verticalização e os eixos viários se tornaram símbolos para a cidade. Por outro lado, os espaços públicos livres, que dão lugar ao encontro e onde as pessoas exprimem sua cultura e identidade, foram relegados a segundo plano. De acordo com Borja e Muxi (2000), o espaço público é o lugar de identidade das pessoas que vivem na cidade, caracterizado pelo seu aspecto físico, simbólico e político. Sendo assim, é o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania.

El espacio público ciudadano no es el espacio público residual entre calles y edificios. Tampoco es un espacio vacío considerado público simplemente por razones jurídicas. Ni un espacio “especializado”, al que se há de ir, como quien va a un museo o a un espectáculo. Mejor dicho estos espacios citados son espacios públicos potenciales, pero hace falta algo más para que sean espacios públicos ciudadanos. (BORJA, MUXÍ, 2000, p. 7)

Em Goiânia, assim como nas cidades contemporâneas em geral, vários fenômenos alteraram as relações sociais e a conformação física da cidade, que passou a ser produzida de forma dispersa e fragmentada, constituída por espaços especializados e promotores da segregação social. Esses fatores levaram a uma perda de qualidade do espaço público, que se agravou com a instauração da política neoliberal, com a qual uma nova dinâmica urbana

passou a existir, submissa ao mercado, obcecada pela competitividade e caracterizada pela preponderância do poder privado sobre o público. A privatização do espaço público é um problema para a cidade, porque configura centros empresariais, condomínios fechados, *shoppings centers*, infraestruturas que servem aos veículos privados e individuais e os edifícios residenciais segregados por classe social, dificultando as mudanças e promoção das misturas de atividades e pessoas que dinamizam a cidade. A questão do espaço público está intimamente relacionada à noção de identidade e expressão cultural, abordada nos discursos de Soja, Koolhaas e Solá-Morales e em Goiânia não é diferente.

Figura 6: A presença de condomínios fechados e parques urbanos inexpressivos demonstram a carência de espaços públicos e expressão cultural ou identidade na cidade.



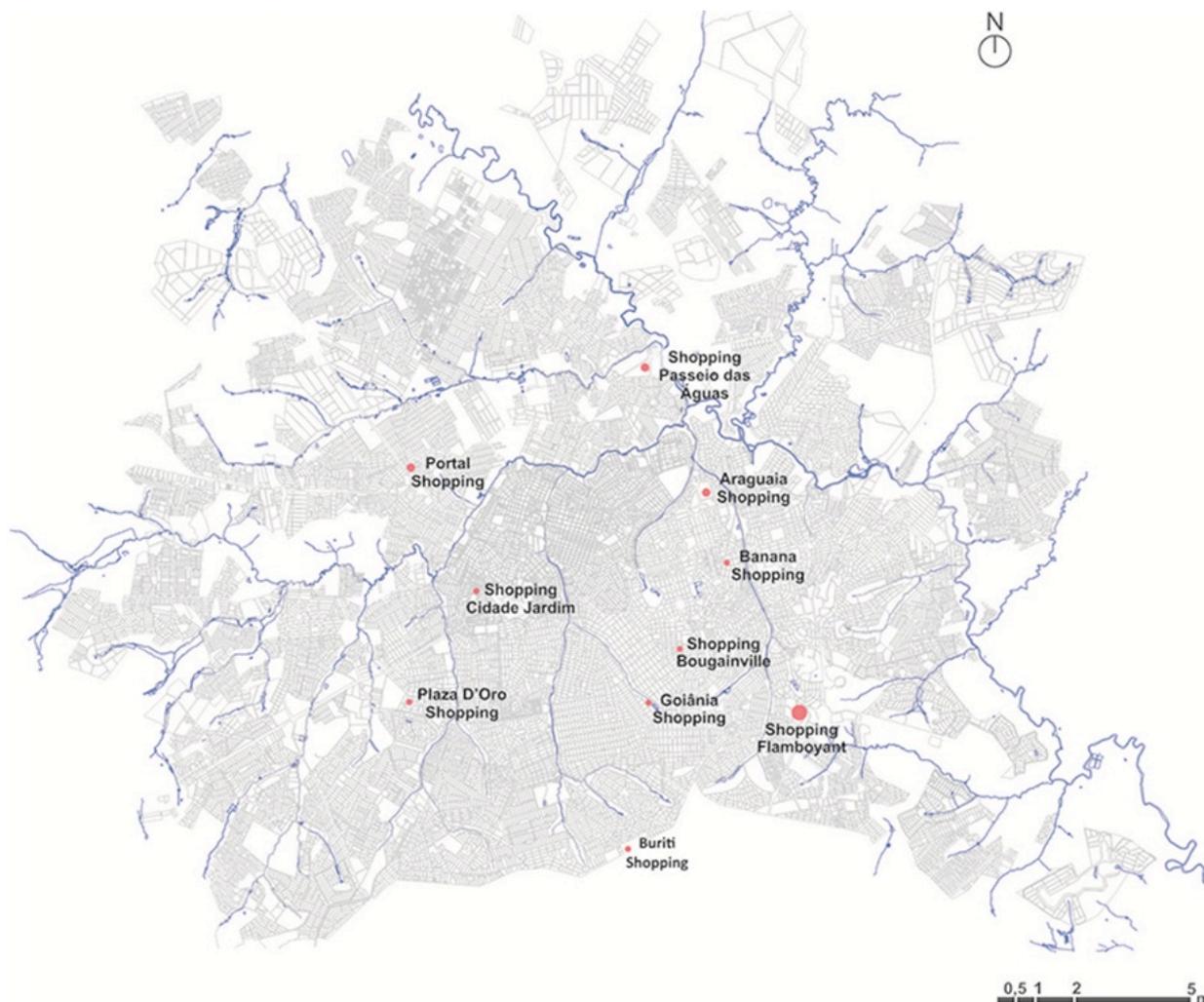
Fonte: Halina Veloso e Zárate, 2014.

Pode-se observar dois fatores que contribuíram para a desvalorização dos espaços “cidadãos” na cidade (figura 6): em primeiro lugar, a cultura do status e a falta de segurança, que isola as pessoas em condomínios fechados e edifícios ilhados em seu próprio terreno (que oferecem usos complementares e áreas coletivas na tentativa de simular o espaço público); logo, a utilização de parques ambientais como instrumentos do *marketing* urbano, que levou a implantação repetitiva de um modelo de parque que não leva em consideração seu entorno,

sem identidade e sem programa atrativo que incentive o uso ativo das áreas verdes pela população (FRANCO, 2013, p.18). Além dos fatores ilustrados, também foi um contribuinte para a desvalorização do espaço público a proliferação, a partir da década de 1980, de *shoppings centers* (figura 7), hipermercados e empresas globais, todos voltados para atividade do comércio e do consumo, revelando um novo modo de vida individualista e voltado para o consumo.

Esses equipamentos revelam e reforçam a fragmentação do tecido urbano e o incentivo para a formação, nas últimas décadas, de parques urbanos. O sistema de áreas verdes, proposto inicialmente por Attilio Correa Lima, foi substituído pela venda gradativa do espaço urbano, tornando este sistema um diferencial de valorização da terra. Verticalização, espaços de consumo e natureza tematizada promoveram a dispersão da cidade contemporânea.

Figura 7: O grande número de *shoppings centers* evidencia o modo de vida voltado para o consumo.



Fonte: Halina Veloso e Zárate, 2014.

Uma vez tendo verificado a existência das doze características da cidade contemporânea, é possível perceber que Goiânia cumpre todos os aspectos do critério

estabelecido, com base em três discursos chave. Entretanto, existem aspectos apresentados por um ou outro autor, convergentes com outras linhas de pensamento do urbanismo contemporâneo, que se afastam dos critérios utilizados para esta análise. Por isso, reforça-se a premissa de que análise da condição urbana deve ser feita sempre de maneira interdisciplinar e considerar diferentes visões dos estudos urbanos. É indispensável, portanto, refletir acerca da condição urbana de Goiânia considerando novos aspectos para poder compreender as particularidades de sua contemporaneidade.

Sob o viés selecionado para esta análise, Goiânia apresenta os aspectos recorrentes às cidades contemporâneas. Ainda que seja possível perceber que Goiânia se enquadra nos discursos analisados, alguns dos aspectos descritos pelos autores não foram constatados, ou notaram-se variações em relação a eles.

A questão da identidade pode ser tomada como exemplo para evidenciar esta dualidade. Por um lado, observa-se que a cidade foi criada da tábula rasa e não possui um passado histórico antigo e, em somatória, é carente de espaços públicos onde as pessoas expressem sua cultura. Ainda assim, em Goiânia o modo de vida não é nada genérico. As singularidades se fazem presentes nas práticas sociais típicas desta cidade, ou seja, em suas feiras, na maneira como as pessoas falam e interagem umas com as outras, sua comida e seus valores, dentre outras. Não se pode afirmar, portanto, que ela seja destituída de identidade.

Outro exemplo da dualidade da condição urbana contemporânea é a questão dos fluxos. O traçado da cidade foi concebido para priorizar a circulação dos veículos, desconsiderando os pedestres, refletindo a postura progressista e desenvolvimentista na produção do espaço. Porém, Solá-Morales já apontava que é uma falha trabalhar a noção de fluxos urbanos limitado à questão dos transportes. Sendo assim, a informação e a comunicação também compõem a rede de interconexões da cidade contemporânea e através desta malha de fluxos imateriais e materiais, a cidade contemporânea se insere no âmbito global e volta-se para o consumo. Todavia, não se pode dizer que os projetos urbanos e os projetos arquitetônicos, nesta cidade, sejam absolutamente influenciados pela mídia internacional, e a capital de Goiás está longe de se tornar um produto espetacular global.

A presença pouco marcante dos aspectos exemplificados, bem como outros mais que podem ser extraídos de diversos discursos contemporâneos, leva à reflexão quanto à condição urbana de Goiânia. Esta metrópole talvez esteja de fato a caminho da condição urbana contemporânea, mas também pode se desenvolver de maneira particular, diferenciando-se da cidade genérica de Koolhaas, da *post-metrópolis* de Soja, ou da *ciudad hojaldre* de Vázquez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da cidade de Goiânia serve de exemplo para a compreensão de uma condição urbana peculiar, próxima à de cidades consideradas contemporâneas. Estudar os fenômenos socioespaciais que influenciam no desenvolvimento desta cidade é uma maneira de conhecê-la mais profundamente, não apenas para realizar elucubrações gratuitas a respeito de seu espaço urbano, mas para melhor preparar o arquiteto urbanista para intervir neste território. Desta maneira, refletir acerca de Goiânia, à luz dos autores estudados, reconhecendo nela características de cidade contemporânea, permite assimilar sua dinâmica urbana, e de que maneira esta dinâmica se revela sobre o território.

Assim, as discussões teóricas aqui presentes são relevantes e pertinentes uma vez que embasam a atuação prática do profissional, fornecendo reflexões a serem levadas em consideração na realização de propostas para possíveis intervenções, adequadas à condição urbana de Goiânia.

REFERÊNCIAS

- BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2001.
- BRANDÃO, Simone. **De Obsolescência a Parque Linear Em Goiânia**: Intervenções contemporâneas no antigo leito da ferrovia. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2013.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- GOIÂNIA, Prefeitura de. **Plano Diretor de 2007**. Goiânia: SEPLAM, 2007.
- KOOLHAAS, Rem. **La Ciudad Generica**. Bracelona: Gustav Gili, 2006.
- PANTALEÃO, Sandra Catharinne; TREVISAN, Ricardo. **A Cidade Planejada e a Cidade Construída**: entre Paradigmas Modernos e Híbridos Contemporâneos. Brasília: Universidade de Brasília, 2011
- RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia**: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- SOJA, Edward W. Postmetrópolis: **Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.
- SOLÁ MORALES, Ignasi. **Presente y futuros**: La arquitectura en las ciudades. Barcelona: Col·legi Oficial d'Arquitectes de Catalunya / Centre de Cultura Contemporània, 1996. p10-23.
- VALVA, Milena D'Ayala. **Da Renovatio Urbis à Cidade Porosa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- VÁZQUEZ, Carlos Gracia. **Ciudad hojaldre**: visiones urbanas del siglo XXI. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.